

2019, Volumen 4, Número 2: 385-400

---

Dossier

“Arqueología y ríos de las Tierras Bajas de América del Sur”

Editores invitados: Mariano Bonomo y Julio C. Rubin de Rubin

## O rio Amazonas: fonte de diversidade

Eduardo Góes Neves

Laboratório de Arqueologia dos Trópicos, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, Brasil.  
edgneves@usp.br



## **O rio Amazonas<sup>1</sup>: fonte de diversidade**

**Eduardo Góes Neves**

Laboratório de Arqueologia dos Trópicos, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, Brasil. edgneves@usp.br

**RESUMO.** Este artigo traz uma breve apresentação da arqueologia da calha do rio Amazonas e de alguns de seus afluentes em sua porção brasileira. São apresentadas algumas das principais tradições tecnológicas características da região e é mostrado como a história antiga da Amazônia é caracterizada por uma grande diversidade cultural.

**Palavras-chave:** *Amazônia, Arqueologia, Diversidade cultural*

**ABSTRACT. The Amazon river: source of diversity.** This article provides a brief presentation of the archaeology of the areas adjacent to the main course of the Amazon river in Brazil, as well as of some of its tributaries. The article presents the better-known archaeological technological traditions of the area and shows how the ancient history of the Amazon is characterized by its large cultural diversity.

**Keywords:** *Amazonia, Archeology, Cultural diversity*

**RESUMEN. El río Amazonas: fuente de diversidad.** Este artículo trae una breve presentación de la arqueología del canal del río Amazonas y de algunos de sus afluentes en su parte brasileña. Se presentan algunas de las principales tradiciones tecnológicas características de la región y se muestra cómo la historia antigua de la Amazonia se caracteriza por una gran diversidad cultural.

**Palabras clave:** *Amazonia, Arqueología, Diversidad cultural*

### **Introdução**

O Amazonas é o maior rio do mundo, seja em extensão, seja em volume d'água. Com mais de 6.000 km de comprimento, ele nasce na cordilheira dos Andes centrais, no Peru, até atingir o Oceano Atlântico próximo à linha do Equador. Sua descarga de água no Oceano Atlântico é de cerca de 200.000 m<sup>3</sup>, por segundo, o que representa cerca de 18% de toda a água doce superficial do planeta (Figura 1). A bacia Amazônica inclui 6 países sul-americanos: Venezuela, Colômbia, Equador, Peru, Bolívia e Brasil. Sua área total é de mais

6.000.000 km<sup>2</sup>, sem se considerar a República da Guiana, Suriname e Guiana Francesa que, embora componham o bioma Amazônia, não têm em seu território rios que drenem diretamente para o Amazonas.



**Figura 1.** Vista do rio Amazonas próximo à cidade de Parintins, Estado do Amazonas (Eduardo G. Neves).

A esta dimensão geográfica deve-se também acrescentar que a bacia Amazônia hospeda uma grande diversidade biológica. Como exemplo há os cerca de 390 bilhões de árvores, agrupadas em 16.000 espécies, contabilizados para a região (ter Steege *et al.* 2013). Tal diversidade biológica remonta a antes do início da ocupação humana, mas é provável que se ampliou ao longo do Holoceno, como resultado de relações coevolutivas estabelecidas entre os povos indígenas e o meio ambiente, já que os povos tradicionais da Amazônia têm também uma grande diversidade cultural que pode, por exemplo, ser aferida pelas diferentes línguas ali faladas: além do português, espanhol, quéchua, francês, inglês e holandês, foram registradas ao redor de 300 línguas indígenas agrupadas em cerca de 50 “unidades genealógicas” (famílias ou línguas isoladas) distintas (Epps & Salanova 2013). Tais línguas evoluíram provavelmente de uma ou poucas línguas ancestrais faladas por povos que se estabeleceram na região na transição Pleistoceno/Holoceno, o que indica que é difícil separar a história ambiental da história cultural na Amazônia nos últimos 10.000 anos (Carneiro da Cunha 2017; Neves & Heckenberger 2019). Este texto fará uma breve apresentação da história da ocupação humana na Amazônia desde o Pleistoceno terminal, ao redor de 12.000 anos BCE (Before Common Era)<sup>2</sup>, até o início da colonização europeia. Dadas a imensa extensão geográfica e a variabilidade cultural verificada no registro arqueológico da região, esta revisão será limitada às áreas adjacentes ao próprio rio Amazonas e os baixos cursos de seus principais afluentes na porção amazônica no território brasileiro (Figura 2).

### **O Início da ocupação humana e da produção cerâmica**

A ocupação humana da Amazônia remonta pelo menos ao Pleistoceno terminal (Dillehay 2008; Roosevelt *et al.* 2002). Apesar dessa antiguidade, não existe uma tradição cultural única que possa estar ligada a essas

primeiras ocupações, pelo menos a partir do exame das indústrias líticas a elas associadas. Na bacia do alto rio Guaporé, escavações no Abrigo do Sol indicam ocupações datadas entre 12.700 e 6.930 anos BCE (Miller 1987, pp. 63-4), associadas a indústrias líticas unifaciais lítica associadas ao complexo Dourados. Na caverna da Pedra Pintada, no baixo Amazonas Roosevelt (Roosevelt *et al.* 1996) identificou líticos bifaciais datados a partir de 10.200 anos BCE. Mais a oeste, no médio rio Caquetá, na Amazônia colombiana, os sítios a céu aberto de Peña Roja e San Isidro produziram líticos unifaciais datados de 7.000 anos BCE (Gnecco & Mora 1997). Na Serra dos Carajás, no leste da Amazônia, indústrias líticas também unifaciais também foram identificadas em abrigos de rochas e datadas em 6.800 anos BCE (Magalhães 2018). Na bacia do alto rio Madeira, no sudoeste da Amazônia, há um longo registro da produção de artefatos unifaciais e machados lascados que também remonta ao Holoceno inicial. Há ainda outros exemplos, como as indústrias líticas bifaciais no planalto da Guiana (Rostain 2013) ou a Amazônia central no início do Holoceno (Neves 2013), mas o é notável a diversidade cultural desde o início da ocupação humana (Figura 3). Tal falta de padronização formal na produção de artefatos, com a consequente produção de indústrias líticas majoritariamente compostas por lascas e outros artefatos de produção expedita pode revelar um padrão que vai além da Amazônia e pode ser característico de um “padrão tropical” típico de ocupações do Holoceno inicial em diferentes partes das Américas como os bosques úmidos da Mesoamerica (Acosta 2017), as áreas de bosque seco da costa do Equador (Tabarev & Inomata 2015).



**Figura 2.** Vista da várzea do rio Solimões, Iranduba, Amazônia Central, Estado do Amazonas (Eduardo G. Neves).

A mesma perspectiva é válida quando se olha para as evidências da produção inicial de cerâmica. Um dos aspectos interessantes da arqueologia do Novo Mundo nas últimas décadas tem sido a percepção de que os centros iniciais de produção de cerâmica estão localizados longe dos centros de emergência de sociedades estratificadas no continente. Entre esses primeiros centros há, na América do Norte, uma série de sambaquis fluviais nas áreas costeiras e lagunares da Flórida e da Geórgia, nos Estados Unidos, com datas até 7.000 anos atrás (Anderson & Sassamann, 2012). Na América do Sul, o quadro talvez seja ainda mais interessante: há pelo

menos quatro centros de produção iniciais, cada um deles localizado ao longo de um arco que abrange ambientes tropicais distintos: planícies costeiras, estuários e manguezais (Pugliese *et al.* 2018). Esse arco, que é descontínuo, vai desde a bacia de Guayas, no litoral do Equador, a oeste, até a baixada maranhense, a leste, através do litoral da Colômbia e do Suriname.



**Figura 3.** Ponta de projétil bi-facial confeccionada em calcedônia e datadas em cerca de 6.500 anos BCE, sítio Dona Stella, Iranduba, Amazônia Central (Wagner Souza e Silva).

No Equador, os primeiros complexos incluem Valdivia, com datas de mais de 3.500 BCE, na zona de bosque seco da costa do Pacífico, na península de Santa Elena (Marcos 2014). Na Colômbia, cerâmicas antigas foram encontradas nos sítios de San Jacinto e Puerto Hormiga, no baixo rio Magdalena, com cerca idade de 4.000 anos BCE em San Jacinto (Oyuela-Caycedo 1995). Na costa Atlântica, a leste da foz do Amazonas, há cerâmicas da fase Mina associadas a sambaquis em áreas atualmente coberta por manguezais (Bandeira 2018, Lopes *et al.* 2018, Simões 1981). Finalmente, há a cerâmica Taperinha, a mais antiga da América do Sul, encontrada no sambaqui fluvial homônimo localizado no baixo Amazonas, a jusante da atual cidade de Santarém, datando de c. 5.000 anos BCE (Roosevelt 1995; Roosevelt *et al.* 1991). Recentemente, cerâmicas com datas que chegam a 3.200 anos BCE foram identificadas no sambaqui fluvial de Monte Castelo, na planície aluvial do rio Guaporé, sudoeste da Amazônia (Pugliese *et al.* 2018). Finalmente, na região de transição entre a alta Amazônia e os Andes, nos atuais territórios do Equador e Peru, foram também identificadas cerâmicas datadas em cerca de 2.500 anos BCE, com notáveis semelhanças com os estilos posteriores de Chorrera e Cupinisque do litoral do Oceano Pacífico (Olivera 2014; Valdez 2008) (Figura 4).



**Figura 4:** Fragmentos de cerâmica da fase Bacabal datados em cerca de 2.200 anos BCE, sambaqui Monte Castelo, rio Guaporé, Sudoeste da Amazônia (Eduardo G. Neves).

A maioria dos autores que trabalha com cerâmicas antigas concorda que esses complexos iniciais provavelmente não estavam relacionados entre si e que a produção de cerâmica na América do Sul começou independentemente em diferentes centros, todos em ambientes tropicais de terras baixas (Roosevelt 1995 Oyuela-Caycedo 1995, mas veja Meggers [1997] para uma perspectiva diferente). Tal evidência deveria ser forte o suficiente para refutar as hipóteses –mais políticas que científicas– que relegariam os trópicos a um contexto marginal dentro da história cultural da América do Sul. Mais interessante, no entanto, é que tais contextos iniciais da produção de cerâmica parecem estar divorciados da adoção precoce da agricultura (Neves 2016).

Nas Américas, a domesticação de plantas, e especialmente a incorporação de plantas domesticadas à dieta, parece ter sido principalmente um processo de seleção, e não o resultado de um imperativo adaptativo, como é indicado por Hastorf (2006) para os contextos da costa do Pacífico no Peru. É plausível que no Novo Mundo não houvesse pressão adaptativa para uma rápida adoção da agricultura, assim como havia pouca pressão para domesticar os animais (Stahl 2014). O exemplo do milho é, nesse sentido, ilustrativo. O milho foi domesticado na Mesoamérica, na região do rio Balsas, pelo menos 7.000 anos BCE (Piperno 2011), e se espalhou rapidamente pelo continente, alcançando (entre outros lugares) o Equador e o sudoeste da Amazônia há cerca de 6.000 anos BCE (Kistler *et al.* 2018; Piperno 2011) e o litoral do Uruguai há cerca de 4.500 anos BCE (Iriarte *et al.* 2004). A mera presença de milho entre essas populações, tão distantes entre si, não indica que eram exclusivamente agricultores, mas sim grupos oportunistas e generalistas que exibiam padrões de consumo baseados no manejo e cultivo de espécies naturais e silvestres (Watling *et al.* 2018). Vale a pena notar que, em 1492, as plantas que eram mais difundidas em todo o continente americano eram milho e tabaco, cujos usos em muitos casos –aparte talvez de partes dos Andes, Mesoamérica e Mississippi– era mais associado à recreação ou consumo religioso do que puramente como fonte básica de alimentação.

### **O estabelecimento de ocupações sedentárias associadas à Tradição Pocó-Açutuba**

A partir de cerca 1.000 anos BCE ficam mais visíveis as evidências de ocupações humanas sedentárias em alguns casos associadas a assentamentos de grande porte e à formação de solos antrópicos, em contextos domésticos, conhecidos como terras pretas de índio. Terras pretas são solos dispersos irregularmente por toda a bacia Amazônica, conhecidos e utilizados pelas populações contemporâneas devido a sua alta fertilidade e estabilidade. A associação da formação de terras pretas a contextos domésticos resulta de dados etnoarqueológicos onde se demonstrou a correlação entre modificações na química do solo, compatíveis com a formação de terras pretas, e as lixeiras com materiais orgânicos localizadas atrás das casas nas aldeias Kuikuru no alto Xingu (Schmidt *et al.* 2014). Tais ocupações, na Amazônia brasileira, têm cerâmicas com características formais e decorativas bem características, conhecidas como tradição Pocó-Açutuba (Neves *et al.* 2014). Cerâmicas Pocó-Açutuba são encontradas em uma ampla área da Amazônia: as evidências mais antigas vêm do sítio Teotônio, na bacia do alto rio Madeira (Almeida & Kater 2017), com cerca de 1.200 anos BCE. Em Boa Esperança às margens do Lago Amanã, próximo à confluência do rio Japurá com o Solimões, ocupações Pocó-Açutuba foram datadas em 700 anos BCE (Neves *et al.* 2014). Em Santarém, no sítio Aldeia, cerâmicas Pocó-Açutuba foram datadas em cerca de 1.000 anos BCE (Gomes 2011, p. 289). A partir dessa época, tais ocupações passam a ocorrer em distintas áreas, incluindo as bacias dos rios Nhamundá e Trombetas (Hilbert & Hilbert 1980) e a área de confluência dos rios Negro e Solimões (Neves 2008; Lima 2015) (Figura 5).

Cerâmicas da tradição Pocó-Açutuba tinham formas complexas e foram produzidas com diferentes tipos de antiplásticos incluindo caraipé e cauixi. Formas típicas incluem vasos abertos com flanges labiais que serviam de suporte para decorações plásticas tais como incisões retilíneas e curvilíneas, bem como apêndices zoomorfos modelados. A decoração pintada é policroma e inclui o preto, amarelo, laranja, vermelho, cor-de-vinho e o branco, geralmente usado como engobo. Os motivos pintados são retângulos, quadrados, círculos e faixas, com padrões gráficos complexos (Neves *et al.* 2014) (Figura 6).



**Figura 5.** Perfil com camadas de terra preta com base datada em cerca de 1.200 anos BCE, sítio Teotônio, rio Madeira, sudoeste da Amazônia (Eduardo G. Neves).



**Figura 6.** Fragmentos de cerâmica da tradição Pocó-Açutuba datados em ca. de 1.200 anos BCE, sítio Teotônio, rio Madeira, sudoeste da Amazônia (Thiago Kater).

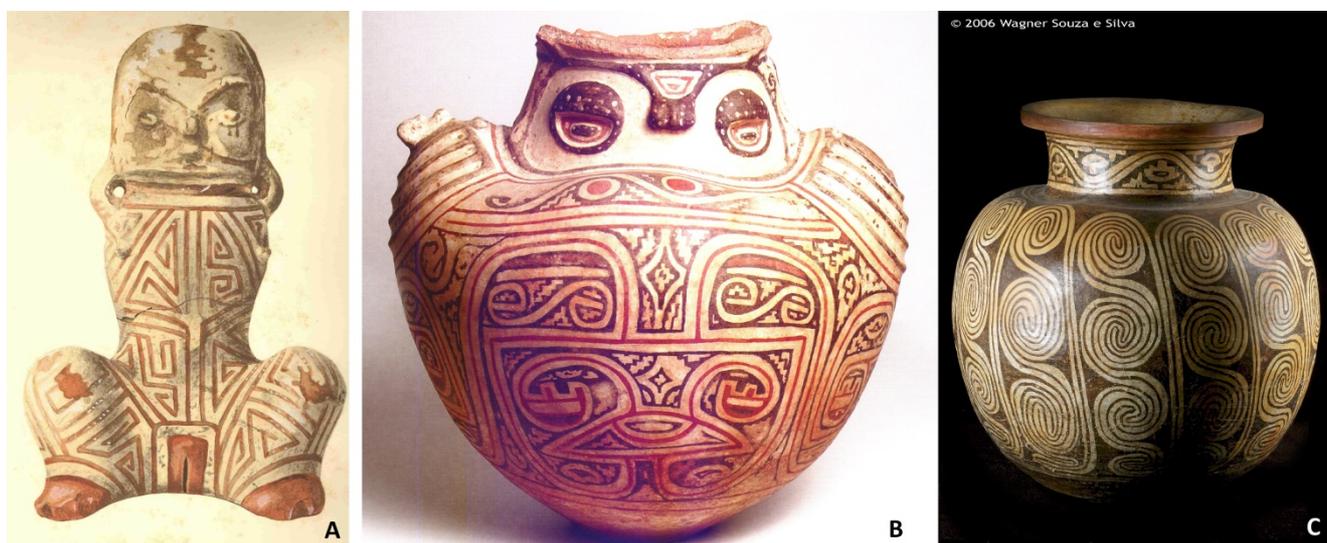
Cerâmicas Pocó-Açutuba não têm semelhanças formais ou estilísticas com complexos mais antigos da Amazônia, ou seja, datados de antes de 1.200 anos BCE. Conforme já discutido, tais ocupações estão associadas à formação inicial de terras pretas ao longo de uma ampla área do rio Amazonas-Solimões, desde pelo menos a foz do Japurá até Santarém, já no primeiro milênio da era comum (Kern *et al.* 2017). A partir do século IX CE não há mais sítios, camadas ou contextos associados a cerâmicas Pocó-Açutuba, mas já no primeiro milênio da era cristã ocorreu um processo de diversificação cultural ao longo da calha do rio Amazonas, atestado por diferentes complexos cerâmicos identificados. Na Amazônia central, por exemplo, o primeiro milênio CE é caracterizado por ocupações associadas à chamada Tradição Borda Incisa, incluindo complexos locais conhecidos como fases Caiambé e Manacapuru. Nas regiões do rio Trombetas e Santarém outra história parece ter se desenvolvido, já que não há ali evidências de ocupações relacionadas à Tradição Borda Incisa e sim

reocupações da tradição Incisa e Ponteadada (incluindo cerâmicas Konduri e Santarém) sobre ocupações Pocó-Açutuba enterradas (Hilbert & Hilbert 1980, Gomes *et al.* 2018).

A transição do primeiro ao segundo milênio CE foi uma época de profundas mudanças sociais por toda a Amazônia, dentre as quais se destaca a reocupação, por outros grupos, das áreas anteriormente associadas à ocupação de produtores de cerâmicas da tradição Pocó-Açutuba e seus descendentes (Moraes & Neves 2012, Neves 2013). Apesar dessas mudanças, as inovações conceituais e tecnológicas trazidas por esses antigos grupos colonizadores, com destaque para o uso da decoração modelada nos vasos cerâmicos, permaneceram, embora certamente resignificados em alguns dos complexos cerâmicos ainda produzidos à época do início da colonização europeia, do mesmo modo que permanecem até hoje nas cerâmicas com apêndices modelados produzidas pelos grupos Arawak do alto Xingu (Neves *et al.* 2014).

### A Fase Marajoara

Como o próprio nome indica, é na ilha de Marajó que se encontram sítios arqueológicos e artefatos associados à fase Marajoara, que se desenvolveu na região do século IV ao século XIV CE. A fase Marajoara é parte de uma longa sequência que se iniciou milênios antes, com ocupações de sambaquis da fase Mina e sítios com cerâmicas da fase Ananatuba (Meggers & Evans 1957; Schaen 2007, 2008). Cerâmicas da fase Marajoara compõem acervos de museus no Brasil e exterior, sendo caracterizadas por uma grande beleza e uma imensa diversidade de formas e de padrões de decoração. Dentre os diversos tipos de artefatos cerâmicos há urnas funerárias, vasos, estatuetas antropomorfas, pratos, tangas e bancos. A decoração desses artefatos é normalmente pintada e inclui motivos antropomorfos, zoomorfos e abstratos, sempre com alguma combinação entre vermelho, laranja, branco e preto. A decoração plástica, também frequente, inclui o modelado e também o inciso de diferentes técnicas de incisão e excisão. A beleza das cerâmicas da fase Marajoara torna-as bastante cobiçadas, sendo, sem sombra de dúvida, a maior categoria de objetos arqueológicos contrabandeados no Brasil atualmente (Figuras 7a-c).



**Figura 7.** A. Estatueta antropomorfa faliforme da fase Marajoara, acervo do Museu Paraense Emilio Goeldi, Belém, Pará, retirada do livro *L'Archéologie du Bassin de l'Amazone*, de Erland Nordenskiöld; B. Urna marajoara com decoração policroma e motivos modelados antropomorfos e zoomorfos, CE 300-1300, proveniência desconhecida, coleção Instituto Cultural Banco Santos, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo (Wagner Souza e Silva) e C. Urna marajoara com decoração policroma, CE 300-1300, proveniência desconhecida, coleção Instituto Cultural Banco Santos, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo (Wagner Souza e Silva).

Os sítios mais característicos da fase Marajoara são aterros artificiais, conhecidos como tesos, que têm alguns metros de altura e dezenas de metros de comprimento. Os tesos, bastante numerosos, são distribuídos na parte leste da ilha de Marajó, numa área de extensos campos naturais, alagados durante uma boa parte do ano

(Figura 8). Apesar de uma história mais que centenária de pesquisas, não existe ainda uma cronologia precisa para a fase Marajoara, embora haja um consenso que enquadra sua duração do século IV ao século XIV CE, portanto por durante cerca de mil anos.



**Figura 8.** Vista aérea do sítio arqueológico Teso dos Bichos, Ilha do Marajó, Pará, localizado na parte central da foto (Wagner Souza e Silva).

A história das pesquisas arqueológicas e das interpretações propostas para explicar o registro arqueológico da ilha de Marajó emulam de certo modo a própria história da arqueologia e sua consolidação como disciplina acadêmica. Inicialmente, as cerâmicas sofisticadas e os sítios arqueológicos monumentais ali encontrados atraíram a atenção de naturalistas pioneiros, como Charles Hartt e Domingos Ferreira Penna, no final do século XIX. No início do século XX, pesquisas arqueológicas importantes no Marajó foram realizadas por Curt Nimuendajú e Heloisa Alberto Torres, mas foi nas décadas de 40 e 50 do século XX, como resultado do trabalho do casal de arqueólogos estadunidenses –Betty Meggers e Clifford Evans– que uma hipótese ainda influente foi proposta para explicar a arqueologia regional. Para esses autores, padrões verificados no registro arqueológico –tais como o tamanho, a densidade e o tempo de ocupação dos sítios– podem ser entendidos como o reflexo de padrões adaptativos de populações no passado.

No final dos anos 40, quando Meggers e Evans iniciaram suas pesquisas na ilha de Marajó e Amapá, havia um paradigma na arqueologia sul-americana que propunha que o norte e o centro da Cordilheira dos Andes tinham sido os grandes centros de inovação na história da ocupação humana da América do Sul. Por centros de inovação entendem-se aqui os locais onde se desenvolveram inicialmente elementos tais como a agricultura, a produção cerâmica e o estado. Nesse paradigma, a bacia Amazônica e a área de domínio da mata atlântica teriam sido áreas secundárias, para onde algumas, mas não todas, dessas inovações supostamente oriundas dos Andes se teriam difundido. Dentro desse quadro, a arqueologia do Marajó oferecia uma contradição: como explicar um registro arqueológico tão rico, característico aparentemente de sociedades hierarquizadas, em uma área supostamente marginal como a foz do Amazonas? Após vários meses de prospecções e escavações e vários anos de análises de laboratório, Meggers e Evans propuseram, em 1957, que as populações que ocuparam o leste da ilha de Marajó –e que ali produziram as cerâmicas e os aterros artificiais característicos da região– teriam sido grupos oriundos dos Andes que para lá emigraram, mas que não teriam encontrado na ilha condições ecológicas para manter padrões de organização social, econômica e política semelhantes ao das sociedades

andinas complexas. Como consequência, tais sociedades teriam se transformado de complexas a simples, a partir de uma tipologia evolucionista então em voga na antropologia norte-americana do período.

Quando Meggers e Evans realizaram suas pesquisas na ilha de Marajó, o método de datações absolutas por carbono 14 não era ainda amplamente disponível. Sendo assim, propuseram, a partir da análise cerâmica e dos estudos das camadas nos sítios arqueológicas, que a cronologia da fase Marajoara seria relativamente curta, reflexo de um rápido processo de mudança cultural. Estudos posteriores, realizados nas décadas de sessenta e oitenta por Mario Simões e Anna Roosevelt, indicaram que tal hipótese não se sustenta, uma vez que a fase Marajoara teve uma duração de quase 1.000 anos, do século IV ao século XIV CE (Schaan 2001). Do mesmo modo, a hipótese de uma origem andina não se sustenta. De fato, sabe-se hoje que as cerâmicas da fase Marajoara são as representantes mais antigas da chamada Tradição Polícroma da Amazônia. Finalmente, os dados atualmente disponíveis sugerem que as povos que construíram os aterros associados à fase Marajoara tinham modos de vida baseados na exploração de recursos vegetais diversificados (Hermenegildo *et al.* 2017), tais como o manejo de palmeiras (Meggers 2001) e sobretudo de peixes, através da construção de lagos artificiais próximos aos aterros (Schaan 2008).

Cerâmicas da Tradição Polícroma são, como o próprio nome diz, caracterizadas pela decoração pintada em vermelho, cor-de-vinho, laranja ou negro sobre uma base branca. Do mesmo modo que na fase Marajoara, no entanto, cerâmicas policromas são também decoradas pelo modelado, incisão, excisão etc. Apesar das semelhanças gerais, há uma considerável variabilidade entre as cerâmicas e os sítios arqueológicos associados à tradição policroma. Assim, por conta disso, essas cerâmicas recebem diferentes denominações regionais, a partir de suas características decorativas particulares (Evans & Meggers 1968; Tamanaha & Neves 2013) (Figura 9).

Algumas dessas denominações são relativamente bem conhecidas. Além da Marajoara há: Miracanguera, na região de Silves, Itacoatiara e Urucurituba; Borba no baixo Madeira; Guarita, nas regiões de Manaus, baixo rio Negro, Manacapuru, Codajás e Coari; Tefé, na região da cidade de Tefé; São Joaquim e Pirapitinga, no alto Solimões; Zebu na região de Leticia, na Colômbia; Nofurei, também na Colômbia, mas na região de Araracuara, no rio Caquetá (Japurá); Caimito, no alto Amazonas e rio Ucayali, no Peru e, finalmente, Napo, no rio Napo, no Equador. Em linhas gerais, algumas tendências são notáveis: primeiramente, parece haver uma preponderância maior de vasos com formas quadrangulares ou retangulares à medida que se viaja rio acima.



**Figura 9.** A. Urna funerária antropomorfa da Fase Guarita com decoração pintada e modelada, Itacoatiara, Amazônia Central CE 1000-1600, Itacoatiara, Amazonas, acervo do Museu Amazônico da Universidade Federal do Amazonas (Maurício de Paiva) e B. Urna funerária antropomorfa da Fase Guarita com decoração pintada e modelada, Amazônia Central CE 1000-1600, Itacoatiara, Amazonas, acervo do Museu Amazônico da Universidade Federal do Amazonas (Maurício de Paiva).

Assim, na região do rio Napo, próximo aos Andes, no extremo oeste da distribuição das cerâmicas policromas, é comum a ocorrência de pratos quadrados. Um padrão análogo de mudança é visto nas urnas funerárias: no alto Amazonas é muito mais comum a presença de urnas antropomorfas policromas onde braços e pernas são modelados, destacando-se do corpo dos vasos, enquanto que nas urnas antropomorfas da fase Marajoara, braços e pernas são normalmente pintados ou modelados junto ao corpo dos vasos. Há ainda algumas formas de vasos que só parecem ocorrer em sítios policromos em algumas áreas específicas: na Amazônia central, próximo a Manaus, é comum a ocorrência de vasos de médio porte, com decoração plástica em canais e decoração pintada em branco, que têm uma flange em sua parte mesial, que também é suporte de decorações

A cronologia e distribuição geográfica de sítios da tradição policroma mostram um padrão bastante claro: os sítios mais antigos, datados ao redor do século IV CE estão localizados na ilha de Marajó. Posteriormente, ao redor do século VIII CE, sítios policromos foram ocupados ao redor da atual cidade de Silves, no Estado do Amazonas. De Silves para o oeste, sítios policromos são encontrados em áreas próximas aos rios Amazonas e Solimões até acima da cidade de Iquitos, no Peru. Sítios da tradição policroma foram também identificados ao longo dos principais afluentes dos rios Amazonas e Solimões, tais como os rios Madeira, Uatumã, Negro, Japurá-Caquetá, Ica-Putumayo e Napo, dentre outros.

A cronologia mostra que sítios com cerâmicas policromas tornam-se paulatinamente mais recentes à medida que se percorre rio acima o Amazonas-Solimões e seus afluentes, desde a foz até os contrafortes dos Andes, embora haja também datas antigas para a região de Tefé, no médio rio Solimões (Belletti 2016). Tal padrão indica que a Tradição Policroma é um fenômeno com uma origem claramente amazônica, e não andina, conforme propuseram Meggers e Evans na década de cinquenta. As datas indicam que, enquanto o início das cerâmicas policromas data do século IV CE na ilha de Marajó, as cerâmicas policromas mais antigas da Amazônia central datam do século IX CE, no médio Solimões do século XII CE, no alto Amazonas do século XIII CE.

Com o tempo, é provável que os conjuntos policromos das foz do Amazonas e da Amazônia ocidental seja separados em dois grupos distintos. Isso porque há, na região do baixo Amazonas, uma área onde não se encontram sítios com cerâmicas policromas. Essa área inclui um trecho que vai da foz do rio Xingu, a leste, até a região da cidade de Parintins, a oeste. Nesses locais encontram-se sítios com cerâmicas bastante distintas das policromas, mas também de grande beleza, pertencentes à Tradição Incisa e Ponteada e à fase Koriabo (Bomert 2004; Cabral 2011; Fernandes *et al.* 2018). Sítios com essas cerâmicas são contemporâneos aos da tradição Policroma, sendo datadas desde pelo menos o ano 1.000 CE até o início da colonização europeia. Tais sítios com cerâmicas incisadas e ponteadas também podem ser bastante grandes, com vários hectares de área, e associados a terras pretas antrópicas, indicando que eram grandes aldeias sedentárias ocupadas por populações numerosas. Em levantamentos realizados na década de 20 do século passado, Curt Nimuendaju identificou mais de 60 desses sítios no entorno da cidade de Santarém, alguns deles conectados por caminhos amplos, como se fossem estradas.

Talvez as cerâmicas mais conhecidas relacionadas à Tradição Incisa e Ponteada sejam as Tapajônicas ou de Santarém (Figura 10). Trata-se, assim como no caso do Marajó, de cerâmicas bastante sofisticadas, incluindo formas bastante complexas e técnicas de produção incluindo a pintura e o modelado. Os tipos de vasos tapajônicos mais conhecidos são os vasos de cariátides e de gargalo, que têm esses nomes devido à sua forma e decoração. Nessas categorias de vasos prevalece a decoração modelada, composta por motivos zoomorfos – como pássaros, morcegos, répteis e mamíferos – e também antropomorfos, incluindo as próprias cariátides. Na cerâmica tapajônica é comum também a presença de estatuetas antropomorfas, em alguns casos bastante naturalistas, onde se podem perceber detalhes da pintura corporal, o uso de jóias e diferentes tipos de penteado. Talvez a categoria mais conhecida de estatuetas tapajônicas sejam as de base semilunar, representando mulheres adornadas, nuas, sempre com uma base em forma de meia lua.

Cerâmicas tapajônicas são encontradas em uma grande área que tem como centro a atual cidade de Santarém, que está localizada sobre um grande sítio arqueológico atualmente bastante destruído devido ao

crescimento urbano. Cerâmicas tapajônicas são encontradas em acervos de museus brasileiros e estrangeiros, bem como em coleções particulares. A região de Santarém e entorno, apesar de seu grande interesse, é ainda muito mal conhecida do ponto de vista arqueológico, não havendo, por exemplo, nem uma cronologia básica para os sítios. As poucas datas disponíveis indicam que a ocupação tapajônica se iniciou pelo menos do final do primeiro milênio CE. Essa ocupação durou até o século XVII CE, portanto após a chegada dos europeus à Amazônia. Informações sobre seu modo de vida podem ser lidas nos relatos de missionários católicos que com eles conviveram. Esses dados indicam que a sociedade tapajônica era bastante hierarquizada e que as mulheres tinham um papel político e religioso importante. Tais informações são corroboradas pelos poucos dados arqueológicos disponíveis.



**Figura 10.** A. Estatueta Tapajônica com representação feminina, proveniência desconhecida, mas provavelmente cidade de Santarém, Pará, CE 1300-1600, acervo do Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo (Maurício de Paiva) e B. Estatueta Tapajônica com representação masculina, proveniência desconhecida, mas provavelmente cidade de Santarém, Pará, CE 1300-1600, acervo do Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo (Maurício de Paiva).

Próximo a Santarém, na região dos rios Nhamundá e Trombetas, bem como na região de Parintins, encontram-se cerâmicas também pertencentes à Tradição Incisa e Ponteadada, conhecidas como Konduri. Cerâmicas Konduri são também bastante sofisticadas, com uma prevalência da decoração modelada em motivos antropomorfos e zoomorfos, com a diferença de que os vasos parecem ser geralmente maiores que os tapajônicos. Os fragmentos desses vasos são normalmente conhecidos como “caretas” e comumente encontrados em áreas de terra preta e roças por toda a região. A arqueologia Konduri é ainda menos conhecida que a tapajônica, mas acredita-se que as populações que produziram essas cerâmicas tenham sido contemporâneas. Um aspecto interessante da arqueologia Konduri é a presença de um pequeno, mas representativo, repertório de estatuetas de pedra polida. Essas estatuetas representam seres humanos e animais, com destaque para onças e sucuris. Normalmente, as estatuetas têm duas grandes perfurações, mas não se sabe como eram utilizadas. A iconografia de algumas das estatuetas lembra bastante a das grandes esculturas de pedra encontradas na região de San Agustín, nos Andes colombianos. Há estatuetas que, no entanto, têm traços em comum com os desenhos encontrados nas pranchetas de madeira, usadas para aspiração de paricá, produzidas pelos índios Maués até o século XIX CE.

Outra categoria de artefatos de pedra associados à cerâmica Konduri são os muiraquitãs. Muiraquitãs não são exclusivos da região do Nhamundá e Trombetas, já que há informações de sua ocorrência em locais como a ilha de Marajó, Santarém, alto Tapajós e até mesmo ao norte de Manaus. Muiraquitãs são normalmente bastante

pequenos, sendo quase sempre zoomorfos, em forma de sapo. A rocha utilizada é geralmente esverdeada, mas há também muiraquitãs feitos com rochas brancas e até de cerâmica, bem como com outros motivos zoomorfos, além de sapos, tais como peixes e morcegos. Há também casos de muiraquitãs antropomorfos, embora sejam bem mais raros. São também encontrados fora da Amazônia, nas Guianas e ilhas do Caribe. Não é ainda claro se a região do Nhamundá-Trombetas era o único centro de produção a partir do qual circulavam esses artefatos ou se eles eram produzidos em vários locais diferentes. O fato, no entanto, é que a distribuição de muiraquitãs por uma ampla área indica que as populações amazônicas do início do segundo milênio CE não estavam isoladas, mas sim integradas em redes de comércio ou em outros tipos de rede que permitiam o contato entre si.

Cerâmicas da fase Koriabo são distribuídas por uma área que vai desde as Antilhas menores, ao norte, ao baixo rio Xingu, ao sul, passando pela região do Planalto das Guianas. Relativamente pouco conhecidos até recentemente, sítios com cerâmicas Koriabo têm sido localizados graças a pesquisas de arqueologia de contrato no Amapá e pesquisas acadêmicas no Pará. Ainda no Amapá, trabalhos recentes têm revelado a presença de estruturas de pedra associados à presença de poços funerários com cerâmicas antropomorfas com decoração policromas conhecidas como Aristé. Tais cerâmicas são conhecidas desde o século XIX, graças aos trabalhos de Emilio Goeldi, mas foi só nos últimos anos que resultados mais consistentes têm sido produzidos para esses contextos, que indicam uma história milenar de ocupação do litoral do Amapá (Rostain 2008, 2016; Saldanha *et al.* 2016).

Na região do entorno de Manaus, a partir do século V CE, a formação de solos férteis e de origem humana, conhecidos como terras pretas passou a ser bastante comum, tornando-se, até o início da conquista europeia, uma característica marcante das ocupações da região. Tais solos se formavam normalmente nos locais onde se situavam as grandes aldeias ocupadas à época pelos grupos que ali viviam. Nessas grandes aldeias encontram-se cerâmicas atualmente associadas à cultura arqueológica conhecida como Paredão, devido ao sítio homônimo onde tais materiais foram descritos pela primeira vez por Peter Hilbert na década de sessenta. Se considerarmos a área atual da cidade de Manaus, alguns dos principais marcos urbanos da cidade estão assentados sobre depósitos arqueológicos com materiais Paredão, como o caso das praças D. Pedro II e da Saudade, localizadas no Centro. De fato, o viajante francês Paul Marcoy, ao passar por Manaus em meados do século XIX notou, na atual Praça D. Pedro II, um conjunto de urnas aflorando que registrou em uma gravura que ilustra seu diário de viagem.

Cerâmicas Paredão têm como característica mais visível o grande apuro tecnológico em sua produção. Vasos Paredão têm uma pasta dura e compacta e são bem queimados, a ponto de se poder identificar sem margens de dúvida um fragmento Paredão mesmo na ausência de decoração plástica ou pintada. Esses tipos de decoração são também presentes e incluem incisões retilíneas e curvilíneas, embora com padrões distintos das incisões encontradas nas cerâmicas Manacapuru. No caso dos materiais Paredão, por exemplo, um padrão típico é a incisão de espirais na face interna de algumas categorias de vaso. Espirais pintadas em linhas vermelhas finas são também comuns. O mesmo vale para o uso de gregas, que podem ser pintadas em linhas finas ou incisas em linhas mais grossas.

### Conclusões

Quando alguns dos primeiros europeus viajaram pelo rio Amazonas, em 1542, o frei Gaspar de Carvajal, cronista da expedição de Francisco de Orellana, reportou a presença de grandes assentamentos densamente ocupados às margens do rio Solimões. Dentre os povos que ocupavam esses locais há os índios Omáguas, cujos descendentes até hoje ocupam terras nos mesmos locais. Dados arqueológicos mostram que essa história de ocupação, atestada por sítios com cerâmicas da Tradição Polícroma, pode ter mais de mil anos de duração. Rio abaixo, o local onde hoje se encontra a cidade de Santarém era ocupado também há alguns séculos antes da passagem dos primeiros europeus na mesma viagem: quando oficialmente fundada, em 1661, a “aldeia dos Tapajós”, embrião da atual Santarém, ainda era um assentamento populoso com uma história de ocupação que

remontava ao início ao redor do ano 1000 CE. Nesse sentido, Santarém pode ser considerada a cidade mais antiga do Brasil. Em outras áreas da Amazônia, não discutidas neste texto, tais como o alto Xingu e na região do rio Beni, Bolívia, há também evidências de assentamentos que tinham escalas urbanas (Heckenberger *et al.* 2008; Prümers & Jaime Betancourt 2014).

Esses dados mostram que a Amazônia tem uma profunda e dinâmica história pré-colonial, uma “história antiga”, apenas esboçada neste texto. À medida que novas pesquisas se realizam, principalmente aquelas em locais distantes dos grandes rios da bacia, vai ficando mais claro que, como resultado dessa longa história, temos hoje na Amazônia biomas que foram modificados pelas atividades humanas no passado, através de complexas atividades de manejo que apenas agora começamos a compreender (Levis *et al.* 2017; Maezumi *et al.* 2018; Stahl 2015; Watling *et al.* 2017), embora a intensidade e escala dessas modificações seja ainda alvo de debates (McMichael *et al.* 2012).

Do mesmo modo, embora dados arqueológicos recentes confirmem que a Amazônia foi um importante centro primário e secundário de domesticação de plantas (Kistler *et al.* 2018; Watling *et al.* 2018; Zarillo *et al.* 2018), fica cada vez mais claro que a aplicação de categorias explanatórias baseadas em tipologias do evolucionismo social, tais como “formativo” ou “neolítico”, não são capazes de fazer justiça aos processos históricos peculiares que ali se desenrolaram (Fausto & Neves 2018; Neves & Heckenberger 2019). Do confronto entre velhas ideias e novas evidências será inevitável o surgimento de hipóteses que irão fertilizar e ampliar o escopo teórico da própria arqueologia, e não apenas na Amazônia.

Finalmente, a arqueologia amazônica nos ensina que o quadro de diversidade cultural verificado no presente entre os povos ameríndios da região tem suas raízes no passado profundo do início do Holoceno. Ao longo da história os povos amazônicos produziram diversidade natural e diversidade cultural, criando um rico patrimônio socioambiental que nunca esteve tão ameaçado.

### Referências bibliográficas

- Acosta Ochoa, G. (2017) “Early Agricultural Modes of Production in Mesoamerica: New Insights from Southern and Central Mexico”, In: R. Ronsenswig & J. Cunningham (eds) *Modes of Production and Archaeology*, Gainesville: University Press of Florida, pp.73-98.
- Almeida, F.O.de & T. Kater (2017) “As cachoeiras como bolsões de histórias dos grupos indígenas das terras baixas sul-americanas”. *Revista Brasileira de História* 37 (75), pp. 39-67, <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472017v37n75-02a>.
- Anderson, D.G. & K.E. Sassaman (2012) *Recent Developments in Southeastern Archaeology: From Colonization to Complexity*, Washington: SAA Press.
- Bandeira, A. (2018) “A cerâmica Mina no contexto das ocupações pré-coloniais da Ilha de São Luís – MA”. *CLIO. Série Arqueológica (UFPE)*, 33, pp. 160-208.
- Barreto, C. (2016) “O que a cerâmica marajoara nos ensina sobre fluxo estilístico na Amazônia?”. In: C. Barreto; H. P. Lima & C. J. Betancourt (Org.). *Cerâmicas arqueológicas da Amazônia: rumo a uma nova síntese*. 1ed.belém: IPHAN / Museu Paraense Emílio Goeldi, pp. 115-124
- Belletti, J. (2016) “A Tradição Policroma da Amazônia”, In: Barreto, C.; Lima, H. & Betancourt, C.J. (Org.). *Cerâmicas arqueológicas da Amazônia: rumo a uma nova síntese*. Belém: Instituto do Patrimônio Histórico do Pará/Museu Paraense Emílio Goeldi, pp. 348-364.
- Boomert, A. (2004) “Koriabo and the polychrome tradition: the late prehistoric era between the Orinoco and Amazon mouths”. In: *Late ceramic age societies in the eastern Caribbean*. In: BAR International Series 1273. Ed. Delpuech, A.; Hofman; C.L. Paris; Oxford: British Archaeological Reports. Monographs in American Archaeology, v.14.
- Cabral, M. (2011) “Juntando cacos: uma reflexão sobre a classificação da fase Koriabo no Amapá”. *Amazônica* 3 (1), pp. 88-106.
- Carneiro da Cunha, M. (2017) “Traditional Peoples, collectors of diversity”, in: *The Anthropology of Sustainability: Beyond development and progress* edited by J. Lewis & M. Brightman, pp. 257-272. Palgrave Macmillan, Springer Nature. DOI 10.1057/978-1-137-56636-2\_15.

- Dillehay, T. (2008) "Profiles in Pleistocene History", In: *Handbook of South American Archaeology*, H. Silvermann & William, I. (eds.) New York: Springer, pp 29-43.
- Epps, P. & Salanova, A.P. (2013) "The Languages of Amazonia" *Tipiti: Journal of the Society for the Anthropology of Lowland South America* 11(1), pp. 1-28.
- Evans, C. & B.J. Meggers (1968) *Archaeological investigations on the rio Napo, eastern Ecuador*. Washington: Smithsonian Institution Press.
- Fausto, C. & E.G. Neves (2018) "Was there ever a neolithic in the neotropics? Plant familiarization and biodiversity in the Amazon", *Antiquity* 92, pp. 1604-1618.
- Fernandes, G., H.P. Lima & A.B. Ribeiro (2018) "Cerâmicas Koriabo e Problematizações Iniciais Sobre a Arqueologia na Foz do Rio Xingu", *Habitus* 16 (2), pp. 403-424.
- Gnecco, C. & S. Mora (1997) "Late Pleistocene/early Holocene tropical forest occupations at San Isidro and Peña Roja, Colombia", *Antiquity* 71, pp. 683-690.
- Gomes, D.C. (2011) "Cronologia e Conexões Culturais na Amazônia: as Sociedades Formativas na Região de Santarém, PA". *Revista de Antropologia (USP. Impresso)* 54, p. 268-314.
- Gomes, D., A. C. Silva & R. Rodrigues (2018) "Múltiplos territórios: os sítios vizinhos às grandes aldeias de Santarém, PA". *Revista de Arqueologia* 31, pp. 3-24.
- Hastorf, C. (2006) "Domesticated Food and Society in Early Coastal Peru", In: *Time and Complexity in Historical Ecology: Studies in the Neotropical Lowlands*, W. Balée & C. Erickson (Eds.), Columbia University Press, New York, pp. 87-126.
- Heckenberger, M.J., C. Russell, C. Fausto, J.R. Toney, M.J. Schmidt, E. Pereira, B. Franchetto & A. Kuikuro (2008) "Pre-Columbian Urbanism, Anthropogenic Landscapes, and the Future of the Amazon", *Science* 321 (893), pp. 1214-1217 DOI: 10.1126/science.1159769
- Hermenegildo, T., T. O'Connell, V. Guapindaia & E.G. Neves (2017) "New evidence for subsistence strategies of late pre-colonial societies of the mouth of the Amazon based on carbon and nitrogen isotopic data". *Quaternary International* 448, pp. 139-149.
- Hilbert, P.P. & K. Hilbert (1980) "Resultados Preliminares da Pesquisa Arqueologica nos Rios Nhamunda e Trombetas". *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Série Ciências da Terra* 75, pp. 1-11.
- Iriarte, J., I. Holst, O. Marozzi, C. Listopad, E. Alonso, A. Rinderknecht & J. Montaña (2004) "Evidence for cultivar adoption and emerging complexity during the mid-Holocene in the La Plata basin". *Nature* 432, pp. 614-617
- Kern, D., Lima, H.P., da Costa, J.A., de Lima, H.V., Ribeiro, A.B., Moraes, B.M., & Kämpf, N. (2017) "Terras pretas: Approaches to formation processes in a new paradigm", *Geoarchaeology* 32, pp. 694-706.
- Kistler, L., S.Y. Maezumi, J.G. de Souza, N.A.S. Przelomska, F.M. Costa, O. Smith, H. Loïselle, J. Ramos-Madrigal, N. Wales, E.R. Ribeiro, R.R. Morrison, C. Grimaldo, A.P. Prous, B. Arriaza, M. Thomas, P. Gilbert, F. de Oliveira Freitas, R.G. Allaby (2018) "Multiproxy evidence highlights a complex evolutionary legacy of maize in South America", *Science* 362 (362), pp. 1309-1313 DOI: 10.1126/science.aav0207.
- Levis, C., F.R.C. Costa, F. Bongers, M. Peña-Claros, C.R. Clement, A.B. Junqueira, E.G. Neves, E.K. Tamanaha *et al.* (2017) "Persistent effects of pre-Columbian plant domestication on Amazonian forest composition". *Science* 355, pp. 925-931.
- Lima, H.P. (2015) "Análises cerâmicas na arqueologia amazônica: contribuições da Amazônia central a uma longa trajetória de discussões". *Revista de Arqueologia* 28 (1).
- Lopes, P.; M. Gaspar, D.M.C. Gomes (2018) "O Sambaqui Porto da Mina e a cerâmica utilizada como material construtivo: um estudo de caso". *Revista de Arqueologia* 31, pp. 52-72.
- Magalhães, M.P. (2018) *A Humanidade e a Amazônia: 11 mil anos de evolução histórica em Carajás*. 1. ed. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi.
- Marcos, J.G. (2014) *Un sitio llamado Real Alto*, Quito: Universidad Internacional del Ecuador.
- Maezumi, S., D. Alves, M. Robinson, J. Souza, C. Levis, R. Barnett, E. A. de Oliveira, D. Urrego, D. Schaan & J. Iriarte (2018) "The legacy of 4,500 years of polyculture agroforestry in the eastern Amazon", *Nature Plants* 4, pp. 540-547.
- McMichael, C., D. Piperno, M. Bush, M. Silman, A. Zimmerman, M. Raczka & L.C. Lobato (2012) "Sparse Pre-Columbian Human Habitation in Western Amazonia", *Science* 336, pp. 1429-1431.

- Meggers, B. (1997) "La cerámica temprana en América del Sur: invención independiente o difusión?", *Revista de Arqueología Americana* 13, pp. 7-40.
- Meggers, B. (2001) "The mystery of the Marajoara: an ecological solution", *Amazoniana* 16, pp. 421-440.
- Meggers, B. & C. Evans (1957) "Archaeological investigations at the mouth of the Amazon", *Washington: Smithsonian Institution Bulletin* 167.
- Miller, E.T. (1987) "Pesquisas Arqueológicas Paleoindígenas no Brasil Ocidental", *Estudios Atacameños* 8, pp. 37-61.
- Moraes, C.P. & E.G. Neves (2012) "O ano 1000: adensamento populacional, interação e conflito na Amazônia Central", *Amazônica* 4 (1), pp. 122-148.
- Neves, E.G. (2008) "Ecology, Ceramic Chronology and Distribution, Long-term History, and Political Change in the Amazonian Floodplain". In: H. Silverman & W. Isbell (eds.), *Handbook of South American Archaeology*, New York: Springer, pp. 359-379.
- Neves, E.G. (2013) *Sob os tempos do equinócio: oito mil anos de história na Amazônia Central (6.500 BC –1.500 DC)*. Tese de Livre-Docência, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, Museu de Arqueologia e Etnologia.
- Neves, E.G. (2016) "Não Existe Neolítico ao Sul do Equador: As Primeiras Cerâmicas da Amazônia e sua Falta de Relação com a Agricultura". In: C. Barreto, H.P. Lima, C.J. Betancourt (Org.). *Cerâmicas Arqueológicas da Amazônia: Rumo a uma nova síntese*, Belém: IPHAN/Museu Paraense Emílio Goeldi, pp. 32-39.
- Neves, E.G. & M. Heckenberger (2019) "The call of the wild: rethinking food production in Ancient Amazonia", *Annual Review of Anthropology*, no prelo.
- Neves, E.G.; V. Guapindaia, H.P. Lima, B.L. Costa & J. Gomes (2014) "A tradição Pocó-Açutuba e os primeiros sinais visíveis de modificações de paisagens na calha do Amazonas". In: S. Rostain (Org.). *Amazônia: memorias de las conferencias magistrales del 3. Encuentro Internacional de Arqueología Amazónica. Quito* 1, pp. 137-156.
- Olivera, Q. (2014) *La Arqueología Alto Amazónica: Los Orígenes de la Civilización en el Perú*, Lima: Apus Graph Editores.
- Oyuela-Caycedo, A. (1995) "Rock versus clay: The evolution of pottery technology in the case of San Jacinto 1, Colombia", In: *The emergence of pottery. Technology and innovation in ancient societies*, William Barnett & John Hoopes eds. pp 133-144.
- Piperno, D. (2011) "The Origins of Plant Cultivation and Domestication in the New World Tropics: Patterns, Process, and New Developments", *Current Anthropology* 52 (S4), pp. 453-470
- Prümers, H. & C.J. Betancourt (2014) "100 Años de Investigaciones Arqueológicas em los Llanos de Mojos", *Arqueoantropológicas* 4 (4), pp. 11-53.
- Pugliese, F., C.A. Z. Neto & E.G. Neves (2018) "What do Amazonian Shellmounds Tell Us About the Long-Term Indigenous History of South America?" *Encyclopedia of Global Archaeology*, Claire Smith, ed.. Springer International Publishing, 2018: 1-25, DOI: 10.1007/978-3-319-51726-1\_3030-1.
- Roosevelt, A.C. (1995) "Early Pottery in the Amazon. Twenty Years of Scholarly Obscurity". In: *The Emergence of Pottery. Technology and Innovation in Ancient Societies*, W. Barnett & J. Hoopes, eds. Washington: Smithsonian Institution Press, pp. 115-131.
- Roosevelt, A., J. Douglas & L. Brown (2002) "The Migrations and Adaptations of the First Americans: Clovis and Pré-Clovis Viewed from South America", In: *The First Americans, The Pleistocene Colonization of the New World*, N. Jablonski, ed. San Francisco: *Memoirs of the California Academy of Sciences* 27, pp. 159-235.
- Roosevelt A., R.A. Housley, M.I. da Silveira, S. Maranca & R. Johnson (1991) "Eighth Millennium Pottery from a Prehistoric Shell Midden in the Brazilian Amazon", *Science* 254, pp. 1621-1624.
- Roosevelt, A., M.L. da Costa, C.L. Machado, M. Michab, N. Mercier, H. Valladas, J. Feathers, W. Barnett, M. I. da Silveira, A. Henderson, J. Sliva, B. Chernoff, D.S. Reese, J.A. Holman, N. Toth & K. Schick (1996) "Paleoindian Cave Dwellers in the Amazon: The Peopling of the Americas". *Science* 272, pp. 373-384.
- Rostain, S. (2008) "The archaeology of the Guianas, an overview". *Handbook of South American Archaeology*, (ed.) H. Silverman; W. Isbell, Springer, New York, pp. 279-302.
- Rostain, S. (2013) *Islands in the Rainforest: Landscape Management in Pre-Columbian Amazonia*, Left Coast Press, pp. 91-134.
- Rostain, S. (2016) "La ceramica de las Guyanas". In: Barreto, C.; Lima, H.; Betancourt, C.J. (Org.). *Cerâmicas arqueológicas da Amazônia: rumo a uma nova síntese*. Belém: Instituto do Patrimônio Histórico do Pará/Museu Paraense Emílio Goeldi.

- Saldanha, J., M.P. Cabral, A.S. Nazaré, J.S. Lima, M.B.F. da Silva (2016) “Os complexos cerâmicos do Amapá: Proposta de uma nova sistematização”. In: Barreto, C.; Lima, H.; Betancourt, C.J. (Org.), *Cerâmicas arqueológicas da Amazônia: rumo a uma nova síntese*. Belém: Instituto do Patrimônio Histórico do Pará/Museu Paraense Emílio Goeldi, pp. 86-95.
- Schaan, D.P. (2001) “Os dados inéditos do Projeto Marajó (1962-1965)”, *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo Paulo 11, pp. 141-164.
- Schaan, D.P. (2007) “Uma janela para a história pré-colonial da Amazônia: Olhando Além - e apesar - das Fases e Tradições”. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Ciências Humanas* 2 (1) pp.77-89.
- Schaan, D.P. (2008) “The Non-Agricultural Chiefdoms of Marajó Island”, in: H.I. Silverman & W.H. Isbell (orgs.), *Handbook of South American Archaeology*, Springer, New York, pp. 339-357.
- Schmidt, M., A. Rapp Py-Daniel, C. de Paula Moraes, Raoni, B.; M. Valle, C.F. Caromano, W.G. Teixeira, C.A. Barbosa, J.A. Fonseca, M.P. Magalhães, D.S. do Carmos, R.S. e Silva, V.L. Guapindaia, B. Moraes, H.P. Lima, E.G. Neves & M.J. Heckenberger (2014) “Dark earths and the human built landscape in Amazonia: a widespread pattern of anthrosol formation”, *Journal of Archaeological Science* 42, pp. 152-165.
- Simões, M. (1981) “Coletores- pescadores ceramistas do litoral do Salgado”, *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi-Nova Série*, Belém 78.
- Stahl, P. (2014) “Perspectival Ontology and Animal Non-Domestication in the Amazon Basin. In, *Antes de Orellana*”. *Actas del 3er Encuentro Internacional de Arqueología Amazónica*, S. Rostain (ed.), pp. 221-231. IFEA, Quito .
- Stahl, P. (2015) “Interpreting interfluvial landscape transformations in the pre-Columbian Amazon”, *The Holocene*, 25 (10): <https://doi.org/10.1177/0959683615588372>.
- Tabarev, A. & Y. Kanomata (2015) “Tropical package”: Peculiarities of the lithic industries of the most ancient cultures, Coastal Ecuador, Pacific Basin”, *Archaeology Ethnology & Anthropology of Eurasia* 43 (3), pp. 64-76.
- Tamanaha, E.K. & E.G. Neves (2013) “800 anos de ocupação da Tradição Policroma da Amazônia: um panorama histórico no Baixo Solimões”, *Anuário Antropológico* 39, pp. 45-67.
- ter Steege H., N.C.A. Pitman, D. Sabatier, C. Baraloto, R.P. Salomão *et al.* (2013) “Hyperdominance in the Amazonian Tree Flora”, *Science* 342: DOI: 10.1126/science.1243092, 2013.
- Valdez, F. (2008) “Inter-zonal Relationships in Ecuador”, in: *Handbook of South American Archaeology*, H. Silvermann & W. Isbell, eds. New York: Springer, pp. 865-888.
- Watling, J., J. Iriarte, F. E. Mayle, D. Schaan, L.C R. Pessenda, N.J. Loader, F.A. Street-Perrott, R.E. Dickau, A. Damasceno & A. Ranzi (2017) “Impact of pre-Columbian “geoglyph” builders on Amazonian forests”, *PNAS* doi/10.1073/pnas.16114359114.
- Watling, J., M.P. Shock, G.Z. Mongeló, F.O. Almeida, T. Kater, P.E. De Oliveira & E.G. Neves (2018) “Direct archaeological evidence for Southwestern Amazonia as an early plant domestication and food production centre”. *PLoS One* 13, p. e0199868.
- Zarillo, S., N. Gaikwad, C. Lanaud, C. Viot, I. Lesur, O. Fouet, X. Agout, E. Guichoux, F. Salin, R.L. Solorzano, O. Bouchez, H. Vignes, P. Severts, J. Urtado, A. Yopez, L. Grivetti, M. Blake & F. Valdez (2018) “The use and domestication of *Theobroma cacao* during the mid-Holocene in the upper Amazon”, *Nature Ecology & Evolution* 2, pp. 1879–1888.

## Notas

<sup>1</sup> Este texto contém algumas partes de outros textos inéditos ou já publicados. Agradeço a Mariano Bonomo e Julio Rubin pelo convite para publicá-lo.

<sup>2</sup> Neste texto usarei as denominações BCE (Before Common Era) e CE (Common Era) em substituição a BC/AD ou AC/DC.